



**NOTA DE ALERTA:**  
**Orientações aos Serviços de Saúde em situação de**  
**inundação**  
**(De 11/01/2018)**

As inundações são os eventos mais frequentes entre os desastres de origem natural no Brasil, tendo como característica relevante a possibilidade de abranger uma grande área.

As experiências mostram que as principais ocorrências epidemiológicas após as inundações são os acidentes por animais peçonhentos e o aparecimento de surtos de doenças infecciosas, particularmente a leptospirose, doenças respiratórias, meningites e doenças de transmissão hídrica e alimentar.

Considerando a ocorrência de fortes chuvas, a Diretoria de Vigilância Epidemiológica de Santa Catarina (DIVE/SC) orienta quanto à possibilidade de aumento do número de casos ou ocorrência de algumas doenças, sendo que os municípios atingidos por inundações devem disseminar informações técnicas para os serviços e profissionais de saúde, bem como à população, acerca dos sintomas, mecanismos de transmissão e das ações de prevenção e controle, conforme segue:

### **1) Leptospirose**

Uma das principais ocorrências epidemiológicas após as inundações é o aparecimento de surtos de leptospirose, transmitida aos seres humanos pelo contato com água ou lama contaminadas pela urina de animais portadores, principalmente roedores domésticos (ratazanas, ratos de telhado e camundongos).

O objetivo primário é garantir que a suspeita diagnóstica e o tratamento sejam instituídos precocemente, visando à redução da mortalidade por esta doença, além de diminuir ao máximo a exposição da população posteriormente.



*Definição de caso suspeito de leptospirose: Indivíduo com febre, cefaleia e mialgia, que apresente pelo menos algum dos critérios abaixo elencados:*

**Critério 1:** *Presença de antecedentes epidemiológicos sugestivos nos 30 dias anteriores à data de início dos sintomas, como:*

- *Exposição a enchentes, alagamentos, lama ou coleções hídricas;*
- *Exposição a fossas, esgoto, lixo e entulho;*
- *Atividades que envolvam risco ocupacional, como coleta de lixo e de material para reciclagem, limpeza de córregos, trabalho em água ou esgoto, manejo de animais ou agricultura em áreas alagadas;*
- *Vínculo epidemiológico com um caso confirmado por critério laboratorial;*
- *Residência ou local de trabalho em área de risco para leptospirose.*

**Critério 2:** *Presença de pelo menos um dos seguintes sinais e sintomas:*

- *Icterícia;*
- *Aumento de bilirrubinas;*
- *Sufusão conjuntival;*
- *Fenômeno hemorrágico;*
- *Sinais de insuficiência renal aguda.*

### **Atenção:**

**O período de incubação da leptospirose vai de 1 a 30 dias após o contato com água ou lama de enchentes contaminadas com o agente infeccioso.**

**Todo o paciente enquadrado na definição de caso suspeito deverá imediatamente receber tratamento com antibiótico adequado.**

A coleta de amostra sanguínea para exame sorológico de leptospirose deve ser realizada a partir do 7º dia do início dos primeiros sintomas, independente do início de antibioticoterapia.



### **Antibioticoterapia recomendada:**

**AMOXICILINA –**

- Adultos: 500 mg, VO, 8/8hs por 5 a 7 dias
- Crianças: 50 mg/kg/dia VO, divididos de 8 em 8hs por 5 a 7 dias

**OU**

**DOXICICLINA - 100 mg, VO, 12/12hs por 5 a 7 dias**

(não deve ser utilizada em crianças menores de 9 anos, mulheres grávidas ou em lactação e em pacientes portadores de nefropatias ou hepatopatias)

Casos que apresentarem também outros sinais e sintomas considerados **SINAIS DE ALERTA** como alterações do volume urinário, hipotensão, icterícia, sangramentos ou alterações neurológicas, deverão ser encaminhados imediatamente para uma unidade hospitalar de referência.

Os profissionais de saúde devem comunicar à Vigilância Epidemiológica Municipal a ocorrência de casos atendidos acima do esperado, e estas para Gerências de Saúde Regionais.

As equipes de vigilância epidemiológica e de atenção básica devem visitar e monitorar as áreas atingidas pela inundação, com objetivo de determinar as características da área, a população atingida, realizar busca ativa de casos, encaminhamento de suspeitos e desencadeamento das ações de comunicação e educação em saúde.

Orientações de proteção individual e limpeza das casas posterior a enchente, acessar o link: <http://dive.sc.gov.br/enchentes/>

## **2) Doenças de transmissão hídrica e alimentar**

Frequentemente, as inundações levam à contaminação das redes públicas de abastecimento, pela entrada de água poluída nos pontos de vazamento da rede, além da interrupção temporária das atividades das estações de tratamento, expondo a população ao risco de doenças como diarreia, cólera, febre tifoide, meningites por enterovírus e hepatites A e E. Lembrando que o período de incubação dessas doenças é bastante variável, de algumas horas até 30 dias.



**GOVERNO DE SANTA CATARINA**  
**Secretaria de Estado da Saúde**  
**Sistema Único de Saúde**  
**Superintendência de Vigilância em Saúde**  
**Diretoria de Vigilância Epidemiológica**

Aos profissionais de saúde salientamos a importância da monitorização das doenças diarreicas agudas (MDDA) para a identificação de mudanças no perfil epidemiológico das diarreias nas áreas afetadas e, em caso de surto, notificar imediatamente a Vigilância Epidemiológica municipal para proceder com a investigação e coleta de swab retal/fecal em cerca de 10% dos casos, a fim de identificar os possíveis agentes etiológicos.

Para o manejo clínico de pacientes com diarreia, seguem orientações no link: <http://dive.sc.gov.br/enchentes/>

Para evitar as doenças de transmissão hídrica é importante a orientação e adoção de algumas medidas de prevenção e controle para a população, conforme link: <http://dive.sc.gov.br/enchentes/>

### 3) Doenças de Transmissão Respiratória

O deslocamento da população de suas residências e a estada temporária em alojamentos e abrigos, com uma grande quantidade de pessoas convivendo em um mesmo espaço, pode favorecer a disseminação de doenças de transmissão respiratória, sendo, portanto, necessárias algumas medidas de prevenção e controle como:

- Alertar os serviços de saúde para a possibilidade de ocorrência de casos ou surto de doenças de transmissão respiratória com ênfase à suspeição de casos de influenza, meningites, difteria, coqueluche, varicela, doença exantemática, tuberculose ou outras.
- Orientar os responsáveis pelos abrigos para que se mantenham em alerta para encaminhar para assistência médica imediata todos os casos de Doença Respiratória Aguda que possam vir a ocorrer na população sob sua responsabilidade, bem como comunicar a vigilância epidemiológica do município para que sejam desencadeadas ações profiláticas específicas para cada agravo.
- Iniciar precocemente (preferencialmente até 48h) a utilização de antiviral em todos os casos de Doença Respiratória Aguda Grave por influenza. Além dos medicamentos sintomáticos e da hidratação, **está indicado o uso de fosfato de oseltamivir (Tamiflu®) de forma empírica (não se deve aguardar confirmação laboratorial) para todos os casos de Síndrome Gripal que tenham condições e fatores de risco para complicações**, independentemente da situação vacinal. Esta indicação fundamenta-se no benefício que a terapêutica precoce proporciona tanto na redução da duração dos sintomas quanto na ocorrência de complicações da infecção pelos vírus da influenza, em pacientes com condições e fatores de risco para complicações.



#### 4) Acidentes por animais peçonhentos

Nas enchentes e em situações de alagamentos, os animais peçonhentos como serpentes, aranhas e escorpiões também ficam desabrigados e procuram abrigo em locais secos. Estes animais invadem as residências, aumentando o risco de acidentes.

Para o atendimento de pacientes que sofreram acidentes com animais peçonhentos, o profissional de saúde deve entrar em contato com o Centro de Informação Toxicológica de Santa Catarina - Ciatox, que possui plantão 24hs, através do 0800 6435252.

**Através de atendimento telefônico, o CIATOX auxilia no diagnóstico, tratamento e os procedimentos ambulatoriais e hospitalares de intoxicações e envenenamentos.**

É importante manter a população alerta quanto aos riscos e a prevenção por acidentes com animais peçonhentos, para mais informações: <http://dive.sc.gov.br/enchentes/>

#### 5) Tétano

As inundações propiciam a ocorrência de acidentes com ferimentos, levando ao aumento do risco de contaminação pelo bacilo do tétano, o qual está presente na natureza, no solo, na poeira e nas fezes de alguns animais, sendo necessárias algumas medidas de prevenção e controle como:

- Prover condições para que todas as pessoas, crianças e adultos, que sofrerem ferimentos venham a receber criteriosa avaliação clínica por profissional de saúde capacitado, com os cuidados necessários de limpeza e antissepsia.
- Prover os hospitais com soro antitetânico ou imunoglobulina específica para prevenção ou tratamento dos casos de tétano conforme esquema de condutas profiláticas, de acordo com o tipo de ferimento e situação vacinal.

Os serviços de saúde locais, com a maior brevidade possível, deverão avaliar a situação vacinal contra o tétano da sua comunidade de abrangência através da identificação e busca de faltosos bem como de grupos expostos aos riscos gerados



**GOVERNO DE SANTA CATARINA**  
**Secretaria de Estado da Saúde**  
**Sistema Único de Saúde**  
**Superintendência de Vigilância em Saúde**  
**Diretoria de Vigilância Epidemiológica**

pela situação (trabalhadores de saúde, defesa civil e limpeza urbana e outros) e **COMPLETAR** o esquema vacinal contra o tétano.

**Importante:** não se recomenda a vacinação em massa ou indiscriminadamente contra o tétano em situações de inundação. Iniciar a vacinação contra o tétano e aprazar as próximas doses, visando proteger contra o risco de tétano por outros ferimentos futuros.

História de vacinação prévia contra tétano	Ferimentos com risco mínimo de tétano <sup>a</sup>			Ferimentos com alto risco de tétano <sup>b</sup>		
	Vacina	SAT/IGHAT	Outras condutas	Vacina	SAT/IGHAT	Outras condutas
Incerta ou menos de 3 doses	Sim <sup>c</sup>	Não	Limpeza e desinfecção, lavar com soro fisiológico e substâncias oxidantes ou antissépticas e desbridar o foco de infecção.	Sim <sup>d</sup>	Sim	Desinfecção, lavar com soro fisiológico e substâncias oxidantes ou antissépticas e remover corpos estranhos e tecidos desvitalizados.
3 doses ou mais, sendo a última dose há menos de 5 anos	Não	Não		Não	Não	
3 ou mais doses, sendo a última dose há mais de 5 anos e menos de 10 anos	Não	Não		Sim (1 reforço)	Não <sup>e</sup>	
3 ou mais doses, sendo a última dose há 10 anos ou mais	Sim	Não		Sim (1 reforço)	Não <sup>f</sup>	Desbridamento do ferimento e lavagem com água oxigenada.
3 ou mais doses, sendo a última dose há 10 anos ou mais em situações especiais	Sim	Não		Sim (1 reforço)	Sim <sup>g</sup>	

## 6) Quanto a manutenção das redes de frio:

Em relação à manutenção das redes de frio responsáveis pelo armazenamento dos imunobiológicos nas centrais estaduais, municipais e locais, os equipamentos de refrigeração podem deixar de funcionar por vários motivos. Assim, para evitar a perda de imunobiológicos, é necessário dispor de recursos estratégicos que orientem medidas de prevenção e controle de risco associado à ocorrência de eventos climáticos. A Diretoria de Vigilância Epidemiológica orienta:

- Revisão dos grupos geradores quanto a funcionamento e combustível. Realizar testes de funcionamento semanais por pelo menos 10 minutos;
- Preparar bobinas reutilizáveis congeladas para uso, se necessário, no acondicionamento de imunobiológicos em caixas térmicas;

- Havendo interrupção do fornecimento de energia elétrica, manter o equipamento fechado e monitorar rigorosamente a temperatura interna;
- Se não houver reestabelecimento de energia, ou quando a temperatura estiver próxima a +7°C, proceder imediatamente a transferência dos imunobiológicos



**GOVERNO DE SANTA CATARINA**  
**Secretaria de Estado da Saúde**  
**Sistema Único de Saúde**  
**Superintendência de Vigilância em Saúde**  
**Diretoria de Vigilância Epidemiológica**

para outro equipamento com temperatura recomendada (refrigerador ou caixa térmica);

- Caso o tempo previsto para reestabelecimento de energia seja prolongado, verificar a necessidade de transportar os imunobiológicos para a instância superior;
- Estabelecer parceria com a empresa local de energia elétrica, a fim de ter a informação em tempo hábil sobre as interrupções no fornecimento;

Solicitamos que sejam alertadas as equipes de sobreaviso municipal e regional a verificarem as alterações de temperatura nas redes de frio durante os finais de semana e feriados.

**Diretoria de Vigilância Epidemiológica de Santa Catarina**  
**DIVE/SUV/SES/SC**

